

RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.687 - GO (2015/0069880-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : ALFREDO RODRIGUES NETO
ADVOGADO : WANDER JOSÉ MOREIRA - GO024450

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do daquele estado** (Processo n. 285224-74.2008.8.09.0046).

Depreende-se dos autos que o recorrido foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal. Após regular instrução do feito, sobreveio a pronúncia que manteve a acusação pelo crime de homicídio qualificado, por motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima. **O *decisum* foi anulado e nova pronúncia foi prolatada, dando o réu como incurso no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.**

Inconformada, a defesa interpôs novo recurso em sentido estrito onde requereu a exclusão das qualificadoras. Quando do julgamento do recurso, o Tribunal de origem **decolou a qualificadora do motivo fútil**. Contra essa decisão o *Parquet* estadual opôs embargos de declaração, os quais foram desprovidos.

Em seguida, interpôs o presente recurso especial onde aponta como violados os arts. 121, § 2º, II, do Código Penal, 413 e 619, ambos do Código de Processo Penal.

Aduz, em síntese, que "a Corte estadual, ao excluir a qualificadora, emitiu verdadeiro juízo de valor sobre a questão, usurpando, assim, a competência do Conselho de Sentença" (fl. 476). Pondera: "A jurisprudência desta Corte Superior já apreciou a questão da incidência da qualificadora do motivo fútil, nos casos em que houve discussão anterior, entre autor e vítima, tendo firmado posicionamento no sentido de que tal contexto não é suficiente para afastá-la, como fez o Tribunal de Justiça de Goiás. (fl. 476)

Ao final, conclui que "o acórdão negou ao Conselho de Sentença a possibilidade de avaliar as circunstâncias do fato a fim de verificar a insignificância dos motivos que levaram à prática do homicídio" (fl. 477).

Requer o provimento do recurso para que seja restabelecida a qualificadora do motivo fútil, a fim de que o réu seja submetido a julgamento como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.

Transcorrido o prazo processual, as contrarrazões não foram apresentadas (fl. 512).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **provimento** do especial.

Decido.

I. Admissibilidade

A impugnação especial – amparada no art. 105, III, "a", da Constituição da República – é tempestiva, a jurisdição ordinária foi esgotada e o tema objeto da insurgência foi devidamente discutido e prequestionado na instância de origem, razão pela qual passo ao exame da *quaestio iuris*.

Apenas *ad cautelam*, registro que a análise do pleito (inclusão da qualificadora do motivo fútil na pronúncia **não esbarra na Súmula n. 7 deste Superior Tribunal**. Isso porque, **no caso**, o debate acerca da caracterização ou não da qualificadora em comento, além de não demandar o reexame de provas, não se refere a uma circunstância de incidência controvertida, mas à **apreciação** – que ficará a cargo do Conselho de Sentença – de saber se a existência de desavenças anteriores, com agressões mútuas e ameaça, por si só, afasta a qualificadora do motivo fútil.

II. Da aventada violação do art. 121, § 2º, II, do CP (motivo fútil)

Narra a denúncia que:

[...]

Porque ele, no dia 14 de maio de 2006, por volta das 11:25

horas, no Bar do Romério, situado à Avenida Tiradentes, n. 608, Setor Aeroporto, Santa Tereza de Goiás-Go, utilizando-se de um facão, **por motivo fútil** e à traição, desferiu vários golpes contra a vítima EVERTON SILVESTRE DOS SANTOS, os quais foram a causa eficiente de sua morte, conforme Laudo de Exame Cadavérico de folhas 13/16.

Infere-se dos autos que o denunciado, no dia e horário do fato, chegou ao Bar do Romério com o facão à mão e, pelas costas e sem dizer nada, desferiu um golpe na vítima que, tentando correr para se defender, caiu e sofreu vários golpes do denunciado que enquanto **golpeava dizia: "vou fazer isso com você, pra você não ameaçar mais homem"**.

Após sofrer as agressões a vítima foi encaminhada para o Hospital de Urgência de Goiânia (UGO), onde submeteu-se a cirurgias e não resistindo, veio a óbito no dia 05 de junho de 2006, às 18:00 horas. O acusado, por sua vez, após praticar o crime fugiu para não ser preso em flagrante e três dias após, apresentou-se à autoridade policial e ofereceu sua versão.

Observa-se, também, que entre vítima e denunciado havia um clima de revide e ameaças por supostas brigas acontecidas à beira do rio e num bar da cidade.

Posto isto, vem denunciar ALFREDO RODRIGUES NETO como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal. Requer que, recebida esta, seja o denunciado citado, interrogado, processado e condenado, ouvindo-se as testemunhas abaixo arroladas, nos termos dos artigos 394 e seguintes, 406 e seguintes, do Código de Processo Penal. Porque ele, no dia 14 de maio de 2006, por volta das 11:25 horas, no Bar do Romério, situado à Avenida Tiradentes, nº 608, Setor Aeroporto, Santa Tereza de Goiás-GO, utilizando-se de um facão, por motivo fútil e à traição, desferiu vários golpes contra a vítima EVERTON SILVESTRE DOS SANTOS, os quais foram a causa eficiente de sua morte, conforme Laudo de Exame Cadavérico de folhas 13/16.

A decisão de pronúncia manteve a qualificadora pelos seguintes fundamentos (fl. 573, destaquei):

No que concerne à qualificadora prevista no inciso II do § 2º do art. 121 do Código Penal, extraio do depoimento do acusado que **"o depoente e vítima tiveram uma desavença no rio, quando esta tentou pegar a força um instrumento**

musical do depoente".

Logo, inadmissível sua exclusão nesta fase processual

O Tribunal de origem, por seu turno, afastou a qualificadora, consoante a seguir descrito (fls. 425-426, grifei):

Relativamente à qualificadora do motivo fútil, tipificada pelo art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro, que se caracterizada pela flagrante desproporção, insignificância, entre o fato que impulsionou a agressão e o resultado morte, sempre verificada na hipótese concreta, **não se apresenta nos autos, porquanto prova farta no sentido de briga anterior entre o processado e a vítima, inclusive com agressões mútuas e ameaças**, pelo que deve ser decotada da decisão pronunciadora.

Nas razões do especial, afirma o Ministério Público que "a Corte estadual, ao excluir a qualificadora, emitiu verdadeiro juízo de valor sobre a questão, usurpando, assim, a competência do Conselho de Sentença" (fl. 476). Ademais, considera que o acórdão **foi contrário à jurisprudência desta Corte, haja vista que afastou a futilidade do delito diante da existência de desavenças anteriores entre autor e vítima.**

Com efeito, a decisão que submete o acusado a julgamento perante o Conselho de Sentença deve ser fundamentada não apenas em relação à materialidade do fato e aos indícios suficientes de autoria ou de participação, mas também no que se refere às qualificadoras, haja vista o disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Certo é que a Constituição Federal conferiu ao Tribunal do Júri a competência para julgar crimes dolosos contra a vida e lhe assegurou a soberania dos veredictos. Assim, em respeito ao princípio do juiz natural, **"somente é cabível a exclusão das qualificadoras, na decisão de pronúncia, quando manifestamente improcedentes**, uma vez que cabe ao Tribunal do Júri, diante dos fatos narrados na denúncia e colhidos durante a instrução probatória, a emissão de **juízo de valor acerca da conduta praticada pelo réu"** (AgRg no AREsp n. 813.200/DF, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 6/6/2016, destaquei).

Assim, "ausente qualquer fundamentação idônea para o

afastamento das qualificadoras e havendo pertinência entre as referidas qualificadoras e as provas dos autos, cabe ao Conselho de Sentença a tarefa de analisá-las" (**REsp n. 1.095.226/SP**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 18/4/2016).

A propósito, confira-se:

"as qualificadoras do crime de homicídio só podem ser excluídas da decisão de pronúncia se forem manifestamente improcedentes, isto é, quando completamente destituídas de amparo nos autos, sendo vedado nessa fase valorar as provas para afastar a imputação concretamente apresentada pelo Ministério Público, sob pena de se usurpar o pleno exame dos fatos do juiz natural da causa, qual seja, o Tribunal do Júri" (**HC n. 138.177/PB**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 28/8/2013).

O motivo fútil, descrito no art. 121, § 2º, II, do Código Penal, caracteriza-se por ser o antecedente psicológico que, de forma desproporcional, acarreta a conduta homicida.

No caso, o motivo do crime foi narrado da seguinte forma: "entre vítima e denunciado havia um clima de revide e ameaças **por supostas brigas acontecidas à beira do rio e num bar da cidade**" e, no momento do delito, o denunciado enquanto golpeava dizia "vou fazer isso com você, para você não ameaçar mais homem" (fl. 5).

Segundo a pronúncia, há indícios de que a desavença no rio ocorreu quando **a vítima tentou pegar a força um instrumento musical do réu**.

O Tribunal *a quo*, todavia, afastou a qualificadora por entender que **a "briga anterior entre o processado e a vítima, inclusive com agressões mútuas e ameaças" impõe o decote do motivo fútil**.

Todavia, nos termos da jurisprudência desta Corte: "A mera existência de discussão anterior ao cometimento do delito, por si só, não é suficiente para retirar da competência do conselho de sentença a decisão acerca do conhecimento do motivo fútil ao caso concreto." (AgRg no **REsp n. 1.424.599/PR**, de minha relatoria, 6ª T., **DJe 3/11/2014**).

Dessa forma, entendo que não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença uma circunstância que, **numa análise objetiva**, mostra-se procedente, como no caso, de acordo com depoimento descrito acima.

Portanto, entendo que assiste razão ao Ministério Público nesse particular, de modo que deve ser incluída na pronúncia a qualificadora prevista no art. 121, § 2º, II, do Código Penal (motivo fútil).

III. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "b", parte final, do RISTJ, **dou provimento ao recurso especial, a fim de restabelecer a qualificadora do art. 121, § 2º, II, do Código Penal.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator